



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 3/2022 - PRES/EJE-RO

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de capacitação em "Direito Eleitoral Digital" com foco nas Eleições 2022.

O curso será desenvolvido de forma telepresencial - ao vivo, e contemplará:

I - Carga horária de 20 horas, distribuídas em 4 horas-aula por dia, no período de 6 a 10 de junho de 2022;

II - Treinamento de até 40 participantes.

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: PAULA STHEFANI DE CARLI LTDA

Nome Fantasia: POLITALKS CONSULTORIA AVANÇADA

CNPJ: 42.921.701/0001-03

Empresa Optando Simples Nacional

Endereço: - Rua Coronel André Belo, 728, bairro Menino Deus - Porto Alegre-RS

Contato: PAULA STHEFANI DE CARLI

E-mail: comercial@politalk.com.br

Tel: (31) 97555-1877

Dados Bancários:

- Banco do Brasil
- Agência: 3240-9
- Conta Corrente: 40761-5
- CNPJ: 42.921.701/0001-03

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas a serem abordados estão indicados na proposta da empresa, juntada no evento [0804586](#), na descrição do módulo I.

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores da Secretaria e das Zonas Eleitorais, membros da Corte Eleitoral, juízes e promotores eleitorais do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

A prestação dos serviços públicos, e mesmo os privados, estão cada vez mais dependentes das soluções tecnológicas tanto no cenário nacional quanto no internacional.

O Poder Judiciário nacional não foge a essa tendência mundial e, dentre os seus ramos, a Justiça Eleitoral se destaca por seu pioneirismo na utilização de tecnologias a benefício da qualidade dos serviços oferecidos.

Não obstante, a existência de representação na rede mundial de computadores tem exposto instituições e usuários a uma série de agressões criminosas capazes de indisponibilizar serviços, subtrair informações sigilosas entre outros prejuízos, os quais motivaram a cúpula da Justiça Nacional, capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça, a adotar medidas preventivas às mencionadas ações criminosas.

Nesse diapasão foi criado o Comitê de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (Portaria CNJ n. 242 de 10/11/2020) e posteriormente instituída a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (Resolução TSE nº 23644/2021), da qual decorre a Estratégia Nacional de Cibersegurança TSE e TREs – 2021 a 2024, descrita no evento [0731737](#) do PSEI 0002839-04.2021.6.22.8000.

Chama a atenção no referido documento, a especial atratividade das eleições para ataques cibernéticos. Transcreve-se: "*Além disso, há vestígios que indicam que ataques cibernéticos às eleições sejam promovidos por Estados-Nação, com interesses geopolíticos*", demandando maior atenção dos atores envolvidos no processo eleitoral, especialmente magistrados e servidores chefes de unidades correlacionadas, e portanto maior capacidade técnica de resposta.

Ademais, o pleito eleitoral 2022 sinaliza, a exemplo do ocorrido em 2018, uma disputa acirrada pelos meios digitais, com disseminação de notícias falsas, as quais também são consideradas ataques cibernéticos, e possuem danoso potencial para o processo eleitoral e para a própria democracia.

O próprio TSE, adotou medidas nesse âmbito, instituindo o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral (Portaria n. 510/2021 - SEI [0000781-91.2022.6.22.8000](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desse modo, a Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia incluiu em seu Plano de Trabalho para o exercício 2022, a programação de capacitação em "Direito Eleitoral Digital" buscando dotar magistrados, promotores e servidores da Justiça Eleitoral de conhecimentos necessários ao enfrentamento das informações inverídicas, bem como iniciar as ações de sensibilização e conscientização em matéria de cibersegurança, um dos eixos estruturantes da estratégia nacional descrita no evento [0731737](#).

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em "Direito Eleitoral Digital" versa sobre os desafios do uso das tecnologias, especialmente a rede mundial de computadores, relacionados à realização das Eleições Gerais de 2022. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha do notório especialista:

A contratação ora pretendida recai sobre as credenciais acadêmicas e expertise do professor ministrante do curso, Alexandre Basílio, reconhecido - entre os TRE's - por sua didática e pelo conhecimento interdisciplinar, cuja formação permite livre trânsito entre a área jurídica e tecnológica - requisitos absolutamente relevantes para a condução do conteúdo programático da capacitação em comento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS –

A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para uma turma de até 40 participantes.

A justificativa do preço exigida pelo art. 26, Parágrafo único, inciso III, da L. 8.666/93, está demonstrada no Informação Conclusiva do Valor Estimado juntada no evento [0804946](#).

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
ITEM DE DESPESA	Capacitações EJE - Cursos, Diárias e Passagens
PLANO INTERNO	RO CAPEJE
VALOR	R\$ 40.000,00

6 - DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7 - DO CONTRATO

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos participantes;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo (SEI [0804586](#)).
2. Disponibilizar material desenvolvido e aplicado por meio digital;
3. Fornecimento de certificados aos participantes com mais de 75% de assiduidade, em formato a ser acordado com as partes;
4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços dar-se-á no período de 6 a 10 de junho de 2022, conforme agendamento a ser acordado entre o TRE e a empresa contratada.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia - EJE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo acordado;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;
 - c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
 - a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) a avaliação do evento pelos participantes;
 - c) a emissão dos certificados;
 - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

- a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0797867](#), [0805784](#), [0805788](#) e [0797864](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.
- b) Informação optante do Simples Nacional ([0805789](#)); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Proposta (Evento [0804586](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE POSSAMAI**

LEITE, Técnico Judiciário, em 24/03/2022, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.